

EDITORIAL

Quando se discute a democratização do ensino, é fundamental uma reflexão séria sobre a linguagem. A escola tem-se mostrado incompetente sobretudo por desconsiderar a perspectiva social do aluno. A censura e a estigmatização de padrões lingüísticos de amplos setores da sociedade brasileira têm contribuído, de forma decisiva, para levar ao fracasso a aquisição do saber escolar, por parte de alunos provenientes das classes populares.

Este é o momento de uma tomada de posição mais enfática da APLL . Sempre nos colocamos contra uma prática não fundamentada numa Sociologia da Linguagem, numa Sociolingüística e numa Psicolingüística, que promovessem a identidade psicossocial de nosso aluno. É na perspectiva desses aspectos político-ideológicos que consideramos seja possível um ensino mais eficaz e efetivamente democrático.

Em face das desigualdades sociais - como temos debatido em nossos Encontros, nas reuniões anuais da SBPC e em nossos grupos de trabalho - a simples promoção desses registros sociais não basta. A norma culta não pode continuar a ser privilégio dos setores sociais dominantes. É ela quem leva à apreensão de aspectos culturais tradicionalmente monopolizados pelas elites históricas do país. O aluno deve apropriar-se dessa instrumentalização, ao mesmo tempo em que utiliza com maior pertinência seu registro sociolingüístico.

Uma escola dinâmica e popular exige a consciência do papel transformador da linguagem. Seus efeitos, como sabemos, não se restringem ao ensino de língua, mas envolvem as atividades gerais da escola. O domínio social da linguagem propicia ao aluno a apreensão de campos culturais do patrimônio coletivo que têm sido historicamente escamoteados em favor de setores sociais dominantes.

A Diretoria